



MEMÓRIAS, RESENTIMENTOS E TRAUMAS: UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA, DE GRACILIANO RAMOS

Rosângela Ap.^a Cardoso da Cruz*¹

*Universidade Estadual de Maringá (UEM)

e-mail: rodoutorado2018@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo olhar para a memória em Infância (1981), de Graciliano Ramos como uma recriação elaborada e, portanto, ficcional, com vistas a inferir a representação da criança no processo de criação e educação no âmbito familiar, escolar e social. Isso vai ao encontro da ideia de que a distância entre o vivido e o narrado é o que permite que as memórias se fundem nas lacunas do tempo. Assim, o objetivo é pensar as memórias como espaços de ressignificação dos resquícios de trauma e ressentimento, evidenciando uma concepção de infância para a época. Para tanto, destacam-se as considerações de Ansart (2011), Assmann (2011), Faria (1976), Garbúglio (1987), Halbwachs (1990, 2006), Remédios (1997), Ribeiro (2008), Sirota (2001), Soares (2002), entre outros.

Palavras-chave: Memórias. Ressentimentos. Infância. Graciliano Ramos.

Memories, Resentments and Traumas: A Look at Childhood, By Graciliano Ramos

Abstract: This study aims to look at memory in Childhood (1981), by Graciliano Ramos, as an elaborated and, therefore, fictional recreation, with a view to inferring the representation of the child in the process of creation and education in the family, school and social spheres. This is in line with the idea that the distance between what is lived and what is narrated is what allows memories to merge in the gaps of time. Thus, the objective is to think of memories as spaces for re-signification of the remnants of trauma and resentment, evidencing a conception of childhood for the time. To this end, the considerations of Ansart (2011), Assmann (2011), Faria (1976), Garbúglio (1987), Halbwachs (1990, 2006), Remédios (1997), Ribeiro (2008), Sirota (2001), Soares (2002), among others.

Keywords: Memories. Resentments. Infancy. Graciliano Ramos.

¹ Doutora em Letras/Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7687097595624751>.



Considerações iniciais

Em cada um existe essa parte intocada, essa reserva que não vem sempre de aceitação e beatitude, mas de sinais que uma vez recebidos imprimem caráter, deixam marcas definidas – dessas que em vão se procura apagar, mas reaparecem.
Azuladas tatuagens da memória.
(Carlos Lacerda)

Penetrar no âmago das memórias é reviver, muitas vezes, acontecimentos prazerosos ou não, além da possibilidade de reconstruir o olhar em relação às próprias vivências, a fatos históricos, enfim, às recordações, ou seja, é a chance de se reportar a momentos que ficaram, igualmente, inscritos nas páginas do tempo. Em tese, o fato de repousar sobre o papel, na grande maioria das vezes, as próprias experiências, num ato íntimo de confissão, deu origem ao que se denominou narrativa memorialista, ramo da literatura confessional.

Conhecida por literatura intimista, a literatura de memórias perpassa os caminhos do passado e do presente, com total liberdade para transitar livremente “numa alternância sutil entre ficção e história, entre o real e o imaginário, entre o natural e o maravilhoso, entre o consciente e o inconsciente” (Porto, 2011, p. 432). Segundo Remédios (1997, p. 9), em se tratando da arte de escrever as memórias, verifica-se que “a literatura confessional é aquela que mais se aproxima do leitor, porque fala de um eu, de uma pessoa viva que ali se encontra e que diante do leitor desnuda sua vida, estabelecendo-se, então, uma perfeita união entre autor e leitor”. Pode-se evidenciar, portanto, que a escrita memorialista comumente traz o “sujeito como objeto do seu próprio discurso” (Remédios, 1997, p. 9).

Infância (1981) é um livro considerado autobiográfico, no qual o escritor Graciliano Ramos remonta a épocas de sua infância, vivida nas brenhas do sertão nordestino. A obra apresenta as memórias de um eu-adulto que revisita o passado para reinterpretar e reatualizar as próprias lembranças, povoadas pelas punições e agressões sofridas pelo eu-criança, que se delineiam entre resquícios de trauma e ressentimentos. Dividida em capítulos, a obra retrata a maneira embrutecida e ríspida com a qual a criança fora tratada na infância, sendo a narrativa representada por meio de um lirismo próprio do estilo seco e enxuto do autor, que se constitui como elo entre todos os capítulos. A memória se configura como um fio tênue que interliga passado e presente, edificando e alicerçando-se sob o viés da verossimilhança.



Nesse sentido, é possível pensar a memória conforme postulam Medeiros e Maciel (2007, p. 16), ao ressaltarem a narrativa memorialista como uma maneira de revisitar o passado e, quiçá, uma tentativa de passá-lo a limpo. Para ambas as autoras “é por meio da memória que se constrói o texto de memória”. Entretanto, ressaltam, não se tem aí a presença de uma vontade de verdade, já que isso não cabe no plano literário. O que se pode afirmar tão somente é que “é por meio da linguagem que o relato memorialista é construído, tecido de escolhas, silêncios, lembranças e imprecisões” (Medeiros & Maciel, 2007, p. 16). Então, parafraseando as autoras, pode-se constatar que a escrita das memórias se constitui enquanto representação do vivido, conforme a necessidade de revisitá-lo no presente, mas é inviável conceber a memória puramente a partir do real ou do ficcional, já que no recinto das narrativas não cabem tais distinções, visto que ambas “são narrativas, são discursos, são ficções” (Medeiros & Maciel, 2007, p.16), isto é, a um só tempo são lembranças e esquecimentos.

Para Yates (2007), a memória é uma arte que se assemelha a uma escrita interior, é um olhar para dentro, a partir de uma perspectiva seletiva, de tal modo que algumas coisas são apagadas para que outras tenham espaço, a memória está intimamente ligada ao esquecimento. Segundo Rossi (2010, p. 183), “um sistema eficiente de memória deve operar dialeticamente entre processos de esquecimento e lembrança, lembrando e esquecendo seletivamente”, afinal, o ato de esquecer possui a sua valoração porque não se constitui apenas como parte de um apagamento do passado, bem como de uma provável superação do que outrora fora dito. Conforme o autor, há formas naturais e outras teorizadas e impostas de esquecimento. A saber:

As regras jurídicas determinam formas de ‘imposição de esquecimento’ com o conceito de prescrição dos crimes. Nenhum filho pode ser preso e processado se matou o pai há mais de vinte anos, mesmo que hoje confesse tê-lo matado pelos motivos mais abjetos. Aquele passado, para o direito, não é mais relevante. E essa ausência de relevância está explicitamente ligada, nos manuais, ao decorrer do tempo e ao desvanecer-se da lembrança (Rossi, 2010, p. 207, grifo do autor).

No caso de *Infância* (1981), Graciliano Ramos retrata uma narrativa dolorosa, em que momentos são revisitados numa perspectiva que se delineia por entre os vieses da recordação e da dor. A memória que se observa nessa narrativa não é individual, ela parte de um princípio que, antes de tudo, é social e, portanto, coletivo, uma vez que representa parte da sociedade de uma dada época cuja infância retratada remonta a meados do século



XIX. Ainda de acordo com Rossi (2010, p. 206), a memória coletiva é “entendida como possibilidade de se referir a um passado dotado de sentido: algo que pode opor barreiras sólidas aos processos de laminação, quebra, isolamento, erradicação do ambiente e do passado de indivíduos e comunidades”.

Ao tratar da memória coletiva, Maurice Halbwachs (2006) torna evidente a maneira como se vai construindo o espaço social da memória, uma vez que esta socialização que envolve seres civilizados não acontece de forma individual, antes, por meio das vivências, seja pelas de cunho subjetivo ou histórico. Nesta direção, o teórico tece considerações acerca de uma e outra, as quais, para ele, não existem isoladamente, assim, nomeando ambas por memória pessoal ou autobiográfica e memória social ou histórica. Conforme pondera o autor, “a primeira receberia ajuda da segunda, já que, afinal de contas, a história da nossa vida faz parte da história em geral, a segunda [...] representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática” (Halbwachs, 2006, p. 73).

Nessa direção, Halbwachs (2006) aponta que a memória será sempre coletiva porque, de uma forma ou de outra, existe a possibilidade de as lembranças serem comuns a outras pessoas, ainda que não vividas em conjunto, as lembranças não serão individuais. O autor ressalta o fato de que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (Halbwachs, 2006, p. 30). Desse modo o indivíduo nunca está sozinho, mesmo que outros não estejam presentes, subjetivamente, “sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (Halbwachs, 2006, p. 30).

Ainda, em se tratando do passado, vale lembrar que:

Fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes e que se percebem também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares, e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente (Halbwachs, 1990, p. 68).

Partindo do pressuposto de que as memórias apresentadas em *Infância* (1981) são passíveis de serem percebidas tanto pelo cunho subjetivo – o qual alude às vivências doridas por parte do eu-narrador – quanto pelo histórico, haja vista não ser a representação de um fato isolado, mas podendo ser pensada como o espelho de uma época e determinada



parte da sociedade brasileira do século XIX cujas leis de criação dos filhos sempre foram muito severas. Sabendo que a memória é seletiva tem-se, portanto, a consciência de que muitos fatos são ficcionalmente representados na narrativa memorialista de Graciliano, mas também de que há outros tantos, que, por serem traumáticos, podem ter sido apagados.

Lembranças e apagamentos da memória: a infância na obra homônima de Graciliano Ramos

Ao adentrar as páginas de *Infância* (1981), o presente estudo parte do princípio de uma representação/recriação elaborada e, portanto, ficcional, sem nenhuma pretensão de verdade. Caminha ao encontro disso a ideia de que o distanciamento entre o vivido e o narrado é o que permite às memórias se alicerçarem nas lacunas do tempo. De outro modo, seja a partir de vieses ficcionais ou documentais, as memórias constituem um mosaico de lembranças, uma vez que, como nos ensinam Medeiros & Maciel (2007, p. 26), “lembrar é uma das formas de se garantir a sobrevivência do passado”. Dessa forma o passado se presentifica e ressignifica a cada vez que é trazido à tona, pois “a lembrança é uma (re) elaboração do vivido a partir daquilo que está, agora, à nossa disposição para que possamos configurar de acordo com nossas representações atuais, algo que vai longe no tempo” (Medeiros & Maciel, 2007, p. 26).

Importa lembrar que a narrativa de *Infância* (1981) já se inicia sem a pretensão de estabelecer critérios de veracidade, encontrando-se, pois, no campo da verossimilhança, haja vista o próprio eu-narrador evidenciar as lacunas das lembranças e a não convicção de exatidão das memórias. Ao trazer à tona as recordações da infância, o narrador já anuncia as possibilidades de falhas da memória, o que se observa são recortes de uma voz narrativa que se apresenta colocando a imprecisão do próprio ato de recordar. Como se observa:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. **Ignoro onde o vi, quando o vi**, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutro posterior, julgá-lo-ia sonho. **Talvez nem me recorde bem do vaso**: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram (Ramos, 1981, p. 9, grifos meu).



Para Assmann (2011, p. 71), essa percepção falível da memória se justifica porque a recordação se faz no presente de maneira fragmentada, em partes. Soma-se a isso a ideia de recorte a que está submetido o ato de lembrar e de esquecer, portanto, verossímil. Conforme a autora, “as recordações estão entre as coisas menos confiáveis que um ser humano possui. As respectivas emoções e os motivos de agora são guardiães do recordar e do esquecer”. Isso porque algumas lembranças são trazidas à tona da mesma maneira que outras são apagadas, o esquecimento é parte da memória e uma forma de autoproteção daquilo que não se deseja revisitar.

Partindo do princípio de que o ato de lembrar pressupõe o de esquecer, Assmann (2011, p. 72-73) pondera o fato de que é possível pensar “a força do esquecimento como a capacidade de se proteger das próprias lembranças resistentes e disseminadas”, ou seja, a memória seleciona o que deve ser rememorado. Ainda segundo a autora, “a cólera e o medo propiciam o esquecimento [...] rancor e vingança, por outro lado, aguçam a memória. Dívidas de gratidão não se gravam tão profunda e longamente na memória, como a injustiça sofrida e a honra ferida”, pois “lembranças como essas não se apagam de forma alguma” (Assmann, 2011, p. 72-73).

Nessa direção torna-se bastante coerente a compreensão acerca das memórias de *Infância* (1981), uma vez que o narrador não se liberta das lembranças do vivido nem do quanto sofrera vitimado por agressões e injustiças. A voz narrativa reporta o leitor a momentos de sua vida de criança, num misto de realidade entrecortada pela ficção, por meio de fragmentos do passado, agora, reconstituído a partir da visão do adulto, os quais vão se juntar formando, assim, um mosaico de recordações.

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural (Ramos, 1981, p. 31).

Parafraseando Halbwachs (1990), é possível dizer que a memória encontrada em *Infância* é coletiva e é parte daquilo que o eu-narrador se recorda, daquilo que lhe fora dito a partir de outrem, gestada, pois, no ventre da imprecisão, como é possível notar em “disseram-me depois que a escola nos servira de pouso numa viagem. Tínhamos deixado a



cidadezinha onde vivíamos, em Alagoas, e entrávamos no sertão de Pernambuco, eu, meu pai, minha mãe, duas irmãs” (Ramos, 1981, p. 10).

Como bem observa Octávio de Faria (1981, p. 258-259), no posfácio à 11ª edição de *Infância*, as experiências vivenciadas pelo menino Graciliano não foram boas, pois desde muito cedo ele fora apresentado à violência no seio familiar “em todas as suas características de intolerância e desamor, falsidade e hipocrisia”. Por conseguinte, o ambiente que se formara ao redor do menino o transformara em “uma criança insegura e tímida, medrosa, confusa e pouco consciente de qualquer qualidade superior”. Ao retratar suas memórias, o eu-narrador proporciona ao leitor a percepção dos mais recônditos sentimentos que o acompanharam durante os primeiros anos de vida e perpassaram grande parte de sua adolescência, desnudando os resquícios de um passado traumático e profundamente doloroso.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 9), pode-se inferir que “a repetição infinita da mesma experiência, especialmente quando se trata de algo traumático, aprisiona e faz sofrer novamente, reproduzindo a dor de forma ampliada, transformando-a em mágoa e em afetos negativos como o ódio e o ressentimento”. Vale lembrar que toda experiência traumática é reatualizada por meio da escrita, uma reescritura sempre dolorosa. O ressentimento, conforme Ansart (2011), é a capacidade de agregar, dentro de si, sentimentos conflituosos e de impotências diante de determinadas situações e em relação a outrem. Para o autor, os ressentimentos precisam ser pensados no plural, uma vez que, assim como a memória, nunca se dão de maneira individual, são sempre acontecimentos coletivos.

O ato de lembrar pressupõe um retorno previamente elaborado ao passado, que pode ser, mesmo no presente, tão doloroso quanto fora outrora, sendo, pois, um constante reatualizar das memórias em relação ao vivido. Embora a narrativa desvele um olhar dorido acerca de alguns fatos rememorados, é perceptível uma tentativa de apaziguamento, pois os acontecimentos ficticiamente narrados não apresentam um tom de lamúria, visto que, “por mais diversos e contraditórios que tenham sido os sofrimentos de cada um, pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos” (Ansart, 2011, p. 31).

Nessa direção, Seligmann Silva (2003, p. 53) corrobora tais reflexões ao ressaltar que “a memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve”, ou seja, as memórias proporcionam um retorno e



uma ressignificação do passado sob as mais diversas perspectivas. Associado a isso, o esquecimento se torna tão necessário quanto o próprio ato de lembrar, haja vista a impossibilidade de totalidade em relação às memórias, uma vez que são passíveis de existência apenas no tempo presente.

As reflexões tecidas nesse estudo partem do princípio da escrita literária permeada por um teor testemunhal, uma vez que o “real” é sempre perpassado pelo viés do indizível e o que se tem são lascas de memórias. Dito de outro modo, entre o vivido e o narrado muita coisa se perde e outras tantas se criam. À vista disso, tem-se em *Infância* (1981) um mosaico permeado por lembranças e esquecimentos cujas memórias recuperadas pelo eu-narrador revelam a configuração de um seio familiar conturbado e violento, que o afeta física e simbolicamente. Mesmo assim, a experiência reatualizada por meio da escrita é sempre uma reescritura dolorosa, uma vez que “a família é o grupo social do qual a criança participa mais intimamente nessa época de sua vida e está sempre à sua volta” (Halbwachs, 2006, p. 43).

A infância do eu-narrador não lhe rendera boas recordações, pois sempre fora tratado com indiferença e apresentado aos maus tratos no próprio seio familiar desde muito pequeno. Vítima desse ambiente hostil, a criança acabara internalizando um sentido de insignificância, o que, muitas vezes, a fazia sentir-se como um animalzinho qualquer a rondar pelos arredores da casa. Assim é que as lembranças do vivido se avolumam nas rememorações do adulto: “datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal” (Ramos, 1981, p. 12). Em relação ao pai e a mãe, as recordações evidenciam que ambos eram caracterizados consoante a forma com que se apresentavam aos olhos do filho:

Nesse tempo meu pai e minha mãe estavam caracterizados: um homem sério, de testa larga, uma das mais belas testas que já vi, dentes fortes, queixo rijo, fala tremenda; uma senhora enfezada, agressiva, ranzinza, sempre a mexer-se, bossas na cabeça mal protegida por um cabelinho ralo, boca má, olhos maus que em momentos de cólera se inflamavam com um brilho de loucura. Esses dois entes difíceis ajustavam-se. Na harmonia conjugal a voz dele perdia a violência, tomava inflexões estranhas, balbuciava carícias decentes. Ela se amaciava, arredondava as arestas, afrouxava os dedos que nos batiam no cocuruto, dobrados, e tinham dureza de martelos. Qualquer futilidade, porém, ranger de dobradiça ou choro de criança, lhe restituía o azedume e a inquietação (Ramos, 1981, p. 16).



Por toda a narrativa o eu-anunciador remonta à ideia de imprecisão dos fatos narrados, reiterando os fragmentos de recordações: “Desse antigo verão que me alterou a vida restam ligeiros traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade” (Ramos, 1981, p. 26). Como já foi apontado nesse estudo, a narrativa ressignifica as mágoas e dores herdadas da infância, mesmo assim é possível evidenciar resquícios de ressentimentos em relação a múltiplas atrocidades sofridas pelo eu-narrador, em nome de uma suposta “educação” que adultos responsáveis pelas crianças se encarregavam de protagonizar. Não se pode vislumbrar nesses resquícios, contudo, rancores, invejas, desejos de vingança ou mesmo de morte por parte do eu-enunciador, mesmo sendo notório o sentimento de mágoa (Ansart, 2004).

No tempo presente, os fantasmas da infância revisitam as memórias do eu-narrador, reverberando desafetos e violências sofridas em um passado distante. Conforme Garbuglio (1987, p. 175), a infância do eu-protagonista pode ser comparada à de muitas crianças que viveram na mesma época, bastando que se leve em conta “a natureza da educação familiar no Nordeste brasileiro, especialmente no interior”. De qualquer modo, a infância foi desconsiderada em linhas gerais durante muito tempo, seja porque as crianças fossem compreendidas como seres em devir, e, portanto, separados do mundo dos adultos, inferiorizadas numa escala social em que seus pensamentos, opiniões e direitos não merecessem atenção e enleadas por uma vulnerabilidade social prenunciada. Ou mesmo porque aos pais fossem atribuídos todos os direitos sobre a vida dos filhos, sendo responsáveis por sua segurança e proteção, tudo pelo “bem-estar” da criança e/ou adolescente, e muito disso perdura até os dias atuais.

Nesse sentido, ao se reportar ao século passado e especialmente à sociedade europeia, Natália Fernandes Soares (2002, p. 1) ressalta que as crianças comumente eram “vistas como propriedade dos seus pais, os quais são investidos de direitos considerados indispensáveis para levar a bom termo a sua propriedade – a criança”, ainda que mudanças já pudessem ser visibilizadas no que se refere à relação conflituosa entre pais e filhos. De qualquer forma essa percepção também se aplica ao contexto do estudo em tela, já que a narrativa vislumbra uma infância igualmente desprovida de direitos. A autora ilustra seu pensamento retomando o caso de Mary Colwell, ocorrido em 1871, vítima de violência por parte do pai, a jovem não contava com nenhum direito a seu favor e, devido à inexistência



de leis que caminhassem ao encontro da proteção das crianças, invocou-se “a Lei contra a crueldade com os animais, porque não existia na altura qualquer diploma legal que a pudesse proteger” (Soares, 2002, p. 2).

Ao contrário do que se preconizava acerca da segurança e proteção advindas dos pais, o que se observa é que ambos são perfeitamente capazes de agredir e violentar os próprios filhos e isso se justifica porque validou-se “a ideia de que as crianças são irresponsáveis, irracionais e incapazes de fazer escolhas informadas em assuntos que lhe dizem respeito” (Soares, 2002, p. 2), reiterando uma condição de vulnerabilidade e submissão, destituindo-as de autonomia e participação. Em *Infância* (1981), tem-se a rasura da figura idealizada de mãe, isto é, a alusão que se faz em relação à mãe ser mais fraterna, amorosa e protetora dos filhos, o que se tem é a imagem de uma mãe que caminha na contramão da romantização da maternidade:

Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal – e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio à minha mãe: o culpado era o nó (Ramos, 1981, p. 31).

Soma-se a isso cenas como a do episódio caracterizado como O cinturão, em que o pai espanca o filho para que dê conta do cinto que ele próprio não encontrara. Não obstante o menino não saber onde se encontrava o objeto, as memórias reatualizadas desvelam autoritarismo, injustiça, maldade e violência praticados contra a criança. Incapaz de lutar em favor de si próprio, o menino franzino desejava a presença de alguém enquanto o pai lhe desferia monstruosas chicotadas e espancamentos, conforme se observa: “a fúria louca ia aumentar, causar-me sério desgosto. Conservar-me-ia ali desmaiado, encolhido, movendo os dedos frios, os beijos trêmulos e silenciosos. Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem” (Ramos, 1981, p. 33).

Alinhavando fragmentos de uma vivência traumatizante, a voz narrativa delineia para o leitor recordações da infância que apresentam o eu-protagonista como um objeto, um entulho a ocupar espaço na casa, como ele próprio define, um ser insignificante e atemorizado pela figura violenta do próprio pai: “[...] sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo com as aranhas que trabalhavam na telha negra” (Ramos, 1981, p. 35). Assim é possível



perceber por toda a narrativa um “eu-autobiográfico” adulto tentando entender e ressignificar as experiências vividas pelo “eu-criança”, enleadas por lembranças dolorosas e traumáticas, reavivadas na mente do narrador. Numa mistura entre realidade e ficção, as memórias de dor são entrelaçadas às vivências e experiências da época, as quais “parecem ter sido internalizadas como traumas, o que fez com que recordações dolorosas e afetos negativos se espalhassem por todo o livro” (Ribeiro, 2008, p, 44).

Quaisquer que sejam os vestígios traumáticos que, por anos, perseguiram o interior do eu-narrador de *Infância* (1981), o ato de narrá-los, de deitá-los sobre o papel, é, pois, uma maneira de lidar com o trauma, uma vez que, comumente, ele pode tornar a memória inacessível e, nesse caso, “não se pode recordar algo presente, o que se faz é corporificar tal coisa, nesse sentido, pode-se caracterizar o trauma como uma escrita duradoura do corpo, oposta à recordação (Assmann, 2011, p. 265). O trauma inscrito no corpo provoca a inacessibilidade da memória, de modo que as experiências vividas são assentadas sobre a dor, feridas e cicatrizes que impossibilitam o esquecimento, por isso esse estudo reitera que o que se tem na referida obra são apenas resquícios traumáticos da infância.

Muitas experiências da vida do eu-narrador são revisitadas e delineiam, num tempo presente, representações de uma infância recheada de castigos físicos, punições e autoritarismos. Como reforça Sirota (2001), por representar uma fase de crescimento a infância não existe de fato, e, por conseguinte, como um ser desprovido de direitos civis, a criança também não tem acessibilidade aos assuntos relacionados à família e não deve ser interpelada em nenhum assunto, nem mesmo se for em relação a sua própria vida. Assim acontece com o eu-protagonista de *Infância* (1981), ninguém considerava seus sentimentos; ao contrário, era espancado brutalmente pelo pai e animalizado pela própria mãe, justo os que deveriam lhe proporcionar acolhida e afeto: “minha mãe tinha a franqueza de manifestar-me viva antipatia. Dava-me dois apelidos: bezerro-encourado e cabra-cega. Bezerro-encourado é um intruso. Quando uma cria morre, tiram-lhe o couro, vestem com ele um órfão, que, neste disfarce, é amamentado” (Ramos, 1981, p. 138).

Os primeiros contatos do menino com as letras não foram saudosos, o pai inculcava a ideia de o alfabetizar, pois só assim tornar-se-ia sabido; afinal, para o pai, a linguagem representava poder e aquele que a possuísse e a dominasse, por meio da leitura e da escrita, seria grande e possuidor de um bem que não era relegado a todos – o conhecimento, o que



também pode ser pensado como uma maneira de proporcionar ao filho um futuro diferente daquele que tinham, mas o pai não sabia como expressar isso.

Demorei a atenção nuns cadernos de capa enfeitada por três faixas verticais, borrões, nódoas cobertas de riscos semelhantes aos dos jornais e dos livros. Tive a idéia infeliz de abrir um desses folhetos, percorri as páginas amarelas, de papel ordinário. Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis. Isto me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores, incrédulo.

Aí meu pai me perguntou se eu não desejava inteirar-me daquelas maravilhas, tornar-me um sujeito sabido como Padre João Inácio e o advogado Bento Américo. Respondi que não. Padre João Inácio me fazia medo e o advogado Bento Américo, notável na opinião do júri, residia longe da vila e não me interessava. Meu pai insistiu em considerar esses dois homens como padrões e relacionou-os com as cartilhas da prateleira. Largou pela segunda vez a interrogação pérfida. Não me sentia propenso a adivinhar os sinais pretos do papel amarelo? (Ramos, 1981, p.102).

Muitas foram as vezes em que a criança foi severamente castigada por não aprender a lição do ABC, já que o pai, diante da dificuldade do filho em aprender, agredia-o verbal e fisicamente, e quanto mais agressões sofria, mais o menino assimilava às letras a culpabilidade por tantos sofrimentos.

Meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. Resisti, ele teimou — e o resultado foi um desastre. Cedo revelou impaciência e assustou-me. Atirava rápido meia dúzia de letras, ia jogar solo. À tarde pegava um côvado, levava-me para a sala de visitas — e a lição era tempestuosa. Se não visse o côvado, eu ainda poderia dizer qualquer coisa. Vendo-o, calava-me. Um pedaço de madeira, negro, pesado, da largura de quatro dedos (Ramos, 1981, p. 105).

As lembranças que o narrador traz das lições com o pai denunciavam marcas profundas, o sentimento de impotência que o fazia se sentir insignificante diante das letras também o inferiorizava diante do pai. Envolto em um discurso autoritário, o pai em nenhum momento considerou a subjetividade da criança, apenas agiu conforme as próprias convicções daquilo que seria bom para o filho.

A posteriori, ao se conscientizar de que, mesmo com toda rigidez, não seria capaz de alfabetizar o menino, decidiu colocá-lo na escola, enfatizando-a na condição de repreensão, como um lugar de punição, como ameaça: “a notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso, em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça. A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes” (Ramos, 1981, p. 111). Assim, sem entender o porquê



da decisão de o colocarem nesse lugar de castigo, a criança se autoflagelava, já que se sabia obediente e não incomodava ninguém com a sua presença: “eu me comportava direito: encolhido e morno, deslizava como sombra. As minhas brincadeiras eram silenciosas. E nem me afoitava a incomodar as pessoas grandes com perguntas” (Ramos, 1981, p. 111).

Apesar do receio de frequentar a escola, a criança, pela primeira vez, encontra um pouco de alento e compreensão na figura da professora cujas rememorações da voz narrativa retratam menos autocomiseração em relação às lições e, em muitos momentos, vislumbra um tom de saudosismo ao recordar a antiga professora. A imagem dela é associada a um sentimento infantil, já que adultos possivelmente não fossem capazes de transmitir bondade, a exemplo dos próprios pais: “felizmente D. Maria encerrava uma alma infantil. O mundo dela era o nosso mundo, aí vivia farejando pequenos mistérios nas cartilhas. Tinha dúvidas numerosas, admitia a cooperação dos alunos, e cavaqueiras democráticas animavam a sala” (Ramos, 1981, p. 117).

De qualquer modo, por toda a extensão da obra, resta evidenciada a invisibilidade da infância, ou seja, a voz narrativa desse eu-criança é totalmente desprovida de direitos e assimila para si uma carga negativa muito grande, chegando ao ponto de se enxergar como um estorvo na família, apesar disso a criança ainda abrigava dentro de si o desejo de brincar e ser feliz: “se eu pudesse correr, sair de casa, molhar-me, enlamear-me, deitar barquinhos no enxurro e fabricar edifícios de areia, com o Sabiá novo, certamente não pensaria nessas coisas. Seria uma criatura viva, alegre” (Ramos, 1981, p. 60).

Para Assmann (2011), ao se pensar a questão do trauma relacionado a períodos/experiências da infância, vale destacar que o rememorar agora se dá a partir da visão de um adulto, que reatualiza a memória e a significa a seu modo e, assim, “nesses casos, se tem a recordação da qualidade dos acontecimentos, mas não a recordação do contexto em que esses acontecimentos se deram. Associações sem contexto e marcadas pelo medo não se deixam localizar no tempo e no espaço” (Assmann, 2011, p. 277). Todavia o que se pode inferir a partir da narrativa é uma tentativa de retorno a um passado que machuca, de colocá-lo para fora de si, ou seja, expurgar os resquícios de ressentimento que ainda se fazem presentes é, antes de tudo, um meio de reinterpretar experiências que foram tão nocivas e, ainda, figuram na consciência, de modo latente.

Por todo o texto de *Infância*, o público-leitor se apercebe da maneira como a imagem dos pais se configura nas lembranças do eu-narrador, cenas em que o ato de recordar é



marcado por violências, agressões e repreensões exacerbadas, nas quais as figuras do pai e da mãe não são revisitadas com saudosismos, pois tanto as experiências maternas quanto paternas corroboram resquícios de ressentimento que se erguem das tessituras da obra, visto que, totalmente desprovido de qualquer tipo de proteção, o eu-narrador foi acometido por violências e maus tratos por parte daqueles que supostamente estariam ali para o proteger.

Como se sabe, muitos avanços foram obtidos em relação à forma como se enxerga a relação entre pais e filhos, mesmo assim a infância continua a ser vista sob a ótica do adulto. Não se nega, entretanto, que os pais devam se ocupar do bem-estar dos filhos e zelar por sua integridade física, moral e intelectual, o que se questiona é o despotismo empregado nessa educação, tornando-os invisíveis e desmerecendo o que eles pensam.

Considerações possíveis

As reflexões tecidas nesse trabalho se propuseram a pensar, ainda que de modo breve, resquícios de trauma e ressentimento representados a partir da narrativa de *Infância* (1981), de Graciliano Ramos. Observou-se que, por mais que as tessituras revelem memórias profundamente dolorosas, há uma tentativa de apaziguamento, já que não se percebe um tom acusatório em relação às figuras paternas. Dessa forma, na tentativa de esquecer os ressentimentos, apaziguar vai funcionar como estratégia, embora as lembranças sejam quase sempre traumáticas, se se pensar que, mesmo considerado o âmbito da ficção, agressões e violências foram praticadas contra uma criança, evidenciando a necessidade de reconhecimento da infância, bem como a garantia das crianças como sujeitos de direitos e portadores de dignidade humana.

Cabe lembrar que, “mesmo em se tratando de ódios dos quais foi vítima, o indivíduo experimenta repugnância em conhecer e explorar o ressentimento daqueles de quem foi objeto (Ansart, 2004, p. 31); de outro modo, pode-se inferir que, possivelmente, os pais direcionassem à criança comportamentos equivalentes aos que igualmente foram apresentados em épocas de suas próprias infâncias, mas para o eu-protagonista de *Infância* (1981) não cabe reiterar os ressentimentos dos pais, tão somente reinterpretar o vivido.

A narrativa de Graciliano Ramos é rica e cheia de preciosidades a serem descobertas, o público-leitor é convidado a mergulhar num intenso processo de escavação literária, por



meio do campo arenoso das letras graciliânicas. Adentrar as páginas de *Infância* pelas veias das memórias, traumas e ressentimentos se configura, sobretudo, como um convite a enveredar-se pelas brenhas literárias do sertão nordestino, com seus costumes e tradições. É também uma possibilidade de entendimento e interpretação que se volta para a construção identitária de um estilo seco, ríspido, embrutecido e forte, como secos eram todos os dias de suas personagens.

Por fim e sem a pretensão de esgotar essa discussão, espera-se que cada vez mais se debrucem olhares sobre a infância, com vistas a abolir a conceituação da criança como um ser desprovido de capacidade e raciocínio, já que crianças são seres que pensam e o que elas pensam merece atenção. Ressalta-se, por conseguinte, a importância de se pensar a criança como um ser social, como sujeito de suas próprias ações e, portanto, apta a ser respeitada e compreendida em suas peculiaridades. As reflexões aqui apresentadas apenas se iniciam nesse estudo, embora sem nenhuma pretensão de verdade absoluta, pois isso não cabe no campo das memórias, o que se tece aqui são apenas considerações prováveis. *Infância* de Graciliano Ramos segue sendo um diamante bruto, pronto a ser lapidado por outros olhares e novos saberes.

Referências

ANSART, Pierre. **História e Memória dos Ressentimentos**, In: Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2011.

FARIA, Octávio de. Graciliano Ramos e o sentido do humano. In: RAMOS, Graciliano.

GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim. **Coleção Escritores Brasileiros – Antologia e Estudos**. São Paulo, Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Infância. São Paulo: Record, 1969; p. 249-265.

MEDEIROS, A. V. R. de; MACIEL, S. D. A configuração das memórias em São Bernardo e memórias do cárcere. **Signótica**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 15–32, 2007.



PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS: MEMÓRIA E LITERATURA. **Revista Contemporânea de Educação** N. 12 – agosto/dezembro de 2011.

RAMOS, Graciliano. **Infância**: posfácio de Octávio de Faria, ilustrações de Darcy Penteado. 11ª ed. Rio/ São Paulo, Record, Martins, 1981.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (org). **Literatura Confessional** – autobiografia e ficcionalidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. **Abertura Entre as Nuvens**: uma reinterpretação de *Infância*, de Graciliano Ramos. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2008.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios das histórias das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SILVA, Seligmann Márcio. **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SOARES, Natália Fernandes. **Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Proteção e Participação**. Universidade do Minho/ Instituto de Estudos da Criança, 2002. Disponível em: <https://sgmd.nute.ufsc.br/content/especializacao-cultura-digital/educacao-infantil/medias/files/encruzilhadas.pdf>

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Tradução Flávia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007.

